

ATUALIDADE Francisco Louçã **A crise da política é um biombo de sala** / Ricard Bellera **Por um regresso da Europa à democracia, à segurança e ao trabalho** / Viriato Soromenho Marques **Depois da queda – Responder à pergunta de Hamlet** / Lúcia Gomes **Ninguém corre! Ninguém corre!** / Ana Margarida Esteves **A abordagem sistémica da transformação social: desafios para a esquerda** / Rui Graça Feijó **Uma rosa dos ventos – Reflexão sobre o objectivo estratégico e opções tácticas da esquerda contemporânea** / Alfredo Soares-Ferreira **Contribuição para a definição de novos paradigmas de desenvolvimento** **ENSAIO** Daniel Oliveira **No Brexit, sinto-me Corbyn** **CONTRADITÓRIO** Manuela Silva e Lucas Manarte **Canábis: mitos e realidades** / José Aranda da Silva **Utilização da canábis e seus componentes para fins terapêuticos – Vantagens e riscos** / Moisés Ferreira **Legalização é a melhor solução** **DOSSIER** Wolfgang Streeck **Entrevista por Hugo Mendes** / Pedro Adão e Silva e Filipe Nunes **Crise da social-democracia e novos movimentos políticos: é Portugal uma exceção?** / Isabel do Carmo **Há algo de novo no movimento dos Gilets jaunes?** / Cristiano Gianolla e Giovanni Allegretti **A Itália política em constante transição** / Alexandre Abreu **Democracia e capitalismo na era da financeirização** / Henrique de Sousa **O sindicalismo e os actuais conflitos laborais: contos velhos, rumos novos?** / António Brandão Moniz **O trabalho e a automatização: desafios de hoje** / Sandra Monteiro **A crise dos media e o espaço democrático da informação** **MEMÓRIA** Miguel Portas **Vinte anos depois** / Celso Cruzeiro **Coimbra 1969 – O legado da luta** / João Afonso **Manuel Graça Dias – O arquiteto do país que ainda não ousámos ser** / **PORTEFÓLIO** João M. Almeida **Lentidão** / Pedro Sequeira e Francisco Dias **Laboratório de Comunidades** **ESTÓRIAS** Alice Brito **A palavra é sagrada?** / Pilar del Rio **O artista que salvou Lanzarote faz 100 anos** / Fernando Gómez Aguilera **César Manrique: a escrita militante de um artista**

manifesto

ISSN 2640-0940

TEMAS SOCIAIS E POLÍTICOS

FUNDADOR: MIGUEL PORTAS / DIRECTOR: FREDERICO PINHEIRO
N.º 3 / 2.ª SÉRIE / PRIMAVERA E VERÃO 2019 / 69,50 / PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

DOSSIE

TUDO O QUE É SÓLIDO SE DISSOLVE NO AR

ENTREVISTA A
**WOLFGANG
STREECK**

"OS MERCADOS INGOVERNÁVEIS
SÃO INCOMPATÍVEIS
COM A DEMOCRACIA"

ALEXANDRE ABREU, ALFREDO SOARES-FERREIRA, ALICE BRITO, ANTÓNIO BRANDÃO MONIZ,
CELSO CRUZEIRO, CRISTIANO GIANOLLA, DANIEL OLIVEIRA, FERNANDO AGUILERA, FILIPE NUNES,
FRANCISCO DIAS, FRANCISCO LOUÇÃ, GIOVANNI ALLEGRETTI, HENRIQUE DE SOUSA, HUGO MENDES,
ISABEL DO CARMO, JOÃO AFONSO, JOÃO M. ALMEIDA, JOSÉ ARANDA DA SILVA, LUCAS MANARTE,
LÚCIA GOMES, MANUEL SAN-PAYO, MANUELA SILVA, MARGARIDA ESTEVES, MIGUEL PORTAS,
MOISÉS FERREIRA, PEDRO ADÃO E SILVA, PEDRO SEQUEIRA, PILAR DEL RIO, RICARD BELLERA,
RUI GRAÇA FEIJÓ, SANDRA MONTEIRO, VIRIATO SOROMENHO MARQUES

ÍNDICE

EDITORIAL	4	DOSSIÊ	
ATUALIDADE		Entrevista com Wolfgang Streeck	
A crise da política é um biombo de sala		por Hugo Mendes	78
Francisco Louçã	8	Crise da social-democracia e novos movimentos políticos: é Portugal uma exceção?	
Por um regresso da Europa à democracia, à segurança e ao trabalho		Pedro Adão e Silva e Filipe Nunes	92
Ricard Bellera	16	Há algo de novo no movimento dos Gilets Jaunes?	
Depois da queda – Responder à pergunta de Hamlet		Isabel do Carmo	100
Viriato Soromenho Marques	22	A Itália política em constante transição	
Ninguém corre! Ninguém corre!		Cristiano Gianolla e Giovanni Allegretti	106
Lúcia Gomes	26	Democracia e capitalismo na era da financeirização	
A abordagem sistémica da transformação social: desafios para a esquerda		Alexandre Abreu	112
Ana Margarida Esteves	32	O sindicalismo e os actuais conflitos laborais: contos velhos, rumos novos?	
Uma rosa dos ventos – Reflexão sobre o objectivo estratégico e opções tácticas da esquerda contemporânea		Henrique de Sousa	118
Rui Graça Feijó	36	O trabalho e a automatização: desafios de hoje	
Contribuição para a definição de novos paradigmas de desenvolvimento		António Brandão Moniz	130
Alfredo Soares-Ferreira	42	A crise dos media e o espaço democrático da informação	
ENSAIO		Sandra Monteiro	136
No Brexit, sinto-me Corbyn		MEMÓRIA	
Daniel Oliveira	48	Vinte anos depois	
CONTRADITÓRIO CANÁBIS		Miguel Portas	142
Canábis: mitos e realidades		Coimbra 1969 – O legado da luta	
Lucas Manarte e Manuela Silva	59	Celso Cruzeiro	146
Utilização da canábis e seus componentes para fins terapêuticos – Vantagens e riscos		Manuel Graça Dias – O arquiteto do país que ainda não ousámos ser	
José Aranda da Silva	66	João Afonso	152
Legalização é a melhor solução		PORTEFÓLIO	
Moisés Ferreira	72	Lentidão	
		João M Almeida	154
		Laboratório de Comunidades	
		Francisco Dias e Pedro Sequeira	176
		ESTÓRIAS	
		A palavra é sagrada?	
		Alice Brito	164
		O artista que salvou Lanzarote faz 100 anos	
		Pilar del Rio	168
		César Manrique: a escrita militante de um artista	
		Fernando Gómez Aguilera	172

A ITÁLIA POLÍTICA EM CONSTANTE TRANSIÇÃO

Nos últimos anos, o sistema partidário italiano deu sinais de grande vitalidade, sobretudo quando comparamos a atual fluidez das forças partidárias, e dos seus líderes, com o estável bipolarismo que marcou o período entre o final da segunda guerra mundial e o fim da guerra fria.

por **CRISTIANO GIANOLLA E GIOVANNI ALLEGRETTI**

De facto, entre 1994 e 2011, o empresário Silvio Berlusconi assumiu-se como pivô da política italiana, afirmando-se a partir de uma posição "exterior" ao sistema político tradicional, apesar das fortes interdependências que mantinha com ele. É a Berlusconi que se deve um período de "semipresidencialismo de facto" numa democracia formalmente parlamentar. A partir da sua imprevista substituição pelo governo "técnico" de Mario Monti (de novembro de 2011 a abril de 2013), iniciou-se a disputa pela ocupação desse espaço de protagonismo que o líder da Força Itália deixara vago, mas que, provavelmente, acabou por se extinguir com ele. Na verdade, como demonstram os estudos do Observatório Demos&Pi, de Ilvo

Diamanti, o equilíbrio de forças na atual cena política tem traços distintos, face à maior estabilidade dos períodos anteriores.

Nos últimos trinta anos, contudo, o centro-direita italiano teve, de facto, outros protagonistas, como Umberto Bossi, líder histórico da Liga Norte, e Gianfranco Fini, líder da Aliança Nacional (uma força de inspiração neofascista que se normalizou com o tempo) e mais tarde dirigente, com Berlusconi, do designado Povo da Liberdade. Do outro lado do sistema bipolar, o centro-esquerda era protagonizado por Romano Prodi, Valter Veltroni, Francesco Rutelli, Massimo D'Alema e Pierluigi Bersani, subsistindo ainda a esquerda radical com representação parlamentar e o partido de Antonio Di Pietro, um dos juizes anticorrupção que, no início dos anos 90, transformaram o *establishment* italiano com as investigações do processo Mãos Limpas. Os nomes acima referidos constituem uma transição que parece ter já terminado, sendo hoje os protagonistas – partidos e personalidades – diferentes.

Apesar de ser uma das mais antigas forças parlamentares, a Liga, hoje coordenada por Matteo Salvini, tem pouco em comum com a Liga Norte fundada por Bossi (primeiro em 1989, como coligação, e depois em 1991, como partido). De facto, Salvini projetou-a desde 2013 com um pendor nacionalista e uma polarização

à extrema-direita que superam amplamente as ambições secessionistas iniciais. Ao ponto de o próprio "Norte" ter desaparecido do nome e perdido centralidade no atual projeto político, passando neste percurso a identificar-se cada vez mais com as forças de extrema-direita do resto da Europa, incluindo as de Orban e Le Pen.

Fundado em 2007 e sendo ainda hoje a segunda maior força política no Parlamento, o Partido Democrático (PD), por sua vez, conheceu várias lideranças: Veltroni, Franceschini, Bersani, Epifani, Renzi, Martina e Zingaretti (este último eleito Secretário-Geral no passado dia 3 de março, numas eleições primárias ines-

peradamente muito participadas). Uma sucessão de líderes que conferiu ao partido uma posição política ambivalente, na qual as correntes internas constituíram fonte de instabilidade, não permitindo que o PD se apresentasse a eleições como um partido novo ou capaz de transmitir confiança aos eleitores. Na verdade, mesmo quando venceu eleições nacionais foi com vantagem mínima, que não lhe permitiu impor-se.

A força que trouxe mais novidade à paisagem política italiana, obrigando por vezes à renovação noutros partidos, foi, sem dúvida, o Movimento 5 Estrelas (M5S). Ainda que oficialmente fundado apenas em 2009, a sua génese remonta a 2005, com a rede de simpatizantes surgida em torno do comediante Beppe Grillo. Um apoio que se foi tornando cada vez

mais viável e mais forte, dado o empenho do informático Gianroberto Casaleggio, cuja empresa (gerida pelo filho após a sua morte) continua a ser um ator central na definição estratégica do M5S. Este movimento participou pela primeira vez em eleições nacionais em 2013, atingindo resultados próximos do PD que, contudo, as ganhou graças à coligação com forças da esquerda. Isto é, fruto do chamado "prémio de maioria", um dos muitos instrumentos criados para dar a ideia de governabilidade a um sistema político fragmentado e tantas vezes visivelmente ingovernável. Nas eleições de 2018, o M5S obteve a maioria relativa dos votos (33%), quase o dobro do PD, o segundo partido (com cerca de 19%), e da Liga (perto de 17%). No total, a coligação de centro-direita obteve cerca de 37% dos votos.

É importante recordar estes dados para compreender a fragilidade do atual sistema partidário italiano, sobre o qual vale a pena reter alguns aspetos. Em primeiro lugar, as negociações pós-eleitorais entre os três primeiros partidos, em 2018, reforçaram um elemento-chave da atual legislatura: a centralidade da comunicação, traduzida no que se pode designar por campanha eleitoral permanente. Com efeito, depois da tentativa fracassada de formação de um governo pela coligação de centro-direita, o M5S iniciou a chamada política dos "dois fornos", afirmando-se disposto a negociar um governo tanto com o PD como com a Liga. Neste contexto, Matteo Renzi desempenhou um papel fundamental, ao vetar a hipótese de uma coligação de governo entre o PD e o M5S, não obstante a sua renúncia à direção do PD depois de perder as eleições de 2018 e o referendo

Hoje a Liga tem pouco em comum com a Liga Norte fundada por Bossi. De facto Salvini projetou-a desde 2013 com um pendor nacionalista e uma polarização à extrema-direita que superam amplamente as ambições secessionistas iniciais

constitucional de 2016. A Liga de Salvini, pelo contrário, aceitou participar num governo "amarelo-verde" (as cores das duas formações políticas), precavendo-se, todavia, com um "contrato" em que foram inscritos objetivos relevantes, e não negociáveis, para cada uma das partes.

Sendo pouco carismático, Giuseppe Conte foi assim nomeado Primeiro-ministro, o que permitiu aos dois vice-primeiros ministros (o próprio Salvini, ministro do Interior, e Luigi di Maio, do M5S, ministro do Trabalho) manter uma elevada visibilidade mediática. Uma solução que mostrou como Renzi, o homem forte do centro político, próximo do estilo berlusconiano, de que parecia ser herdeiro imediato, deixara de ser relevante para o novo equilíbrio parlamentar. Além disso, para lá do projeto delineado por Renzi, que não tinha condições para ser o seu portador, o PD demonstrou a total ausência de projeto político. O que permitiu que a Liga e o M5S assumissem uma posição de "responsabilidade política", anunciando a formação de um governo de "salvação nacional", preparado para evitar novas eleições e impedir o agravamento da instabilidade económica com repercussões a nível internacional. Por outro lado, importa ainda referir que o M5S não sairia beneficiado de novas eleições, correndo o risco de ver reduzido o seu peso e a margem de participação nas negociações de governo. De facto, a Liga parecia começar a crescer nas sondagens logo após as eleições, sobretudo devido ao seu discurso sobre os imigrantes, tendência que se fazia igualmente sentir em muitas regiões e localidades, incluindo áreas com fortes tradições progressistas, como a Toscana e a Emilia Romagna. A nível local, a Liga continuou a governar com o centro-direita, tendo mesmo conquistado vários territórios do Sul, tendo por sua vez o M5S continuado no governo de cidades grandes e problemáticas, como Roma ou Turim.

Segundo inquéritos recentes, realizados um ano depois das eleições, o equilíbrio das forças no seio do governo parece ter-se invertido, com o M5S a cair à volta dos 20% e a Liga a subir para mais de 33%. Se as eleições se realizassem agora, é provável que o PD mantivesse a segunda ou terceira posição, devido, sobretudo, ao entusiasmo gerado com a eleição do seu novo Secretário-Geral, Nicola Zingaretti. Ou seja, entre as duas forças que compõem o governo, o M5S parece estar a ressentir-se mais do desgaste do primeiro ano de governação. Isto deve-se, em parte, às personagens colocadas em postos-chave, mas que não conseguiram conquistar grande apoio junto da opinião pública (como sucede com os ministros da Saúde e das Infra-estruturas). Mas também se deve à disputa para colher dividendos com a aprovação de certos pontos do "contrato" de governo. O dinamismo da Liga e do seu líder parecem, de facto, deixar o M5S numa posição de submissão, numa situação incompreensível para muitos dos eleitores, sobretudo dada a relação de forças eleitorais a partir da qual se formou o governo. Uma explicação é, certamente, a da inexperiência política do M5S perante a de uma força com uma história e um percurso mais longos, como

Entre as duas forças que compõem o governo italiano, o M5S parece estar a ressentir-se mais do desgaste do primeiro ano de governação.

sucedem com a Liga. Ou seja, se os números dão ao M5S uma maioria relativa no Parlamento – e eventualmente a possibilidade de optar por um governo com o PD no caso de crise política – a Liga de Salvini, que já consolidou a sua penetração no eleitorado no Sul, pode aspirar a tornar-se na primeira força política em eventuais novas eleições.

Nesta ambivalência, e faltando ainda quatro anos de legislatura, todos os cenários parecem ser possíveis e tudo está ainda numa espécie de transição, com as tensões entre os dois partidos de governo a avolumar-se. Uma das mais recentes incide na política de grandes infraestruturas, nomeadamente no caso do comboio de alta velocidade Turim-Lyon, projeto ao qual o M5S sempre se opôs, apesar de a Liga o considerar necessário. Estas disputas são tratadas pela Liga com pulso forte e significativo autoritarismo, ao mesmo tempo que o M5S se aproxima dos limites do seu perfil declaradamente pós-ideológico, atirando com certas decisões para a base do movimento, mas de uma forma seletiva e questionável.

Entre os diversos focos de instabilidade na atual situação política, vale ainda a pena assinalar três aspetos essenciais: a vontade de mudança, a dinâmica dos partidos e a relevância central da comunicação política. O primeiro aspeto expressa-se,

desde logo, na designação do atual “governo da mudança” e surge como um apelo explícito aos que, num ambiente de aumento progressivo do abstencionismo, ainda votam nas eleições em Itália. Não é por acaso, aliás, que os três primeiros partidos no Parlamento italiano representam, mesmo que de formas diferentes, uma descontinuidade com o passado. O M5S, nascido como um partido anti-*establishment*, precedeu cronologicamente o descontentamento social que, noutros países, se manifestou em movimentos de rua como as “primaveras” árabes, os indignados, os *occupy*, etc. O PD, no passado recente, atingiu os seus picos de popularidade com a promessa de Renzi de “desmantelar” a velha política implementada desde 2012. No entanto, esse mesmo líder dececionou muitos dos seus apoiantes com posições afinal mais próximas daquelas que dizia rejeitar. A Liga de Salvini, por seu turno, assumiu um novo rosto nacionalista e novas aspirações, apesar de se tratar de um velho partido. Enquanto o PD pretendeu substituir o *establishment* pré-existente e o M5S corporizou uma dissensão generalizada relativamente à estagnação do bipolarismo parlamentar, a Liga surfou a onda das políticas do medo. Nesses termos, desenvolveu um “soberanismo” crítico face à capacidade de governar em contexto de globalização, uma abordagem que foi ganhando terreno na Europa e no mundo nos últimos anos. Deste modo, preencheu um espaço à direita que tinha sido deixado desocupado, tanto pela contração do partido de Berlusconi, como pela conjuntura internacional, favorável à criação de uma narrativa sobre as causas (reais ou aparentes) das crises dos últimos anos.

A dinâmica destes três partidos é, pois, muito distinta. O M5S não tem bases territoriais sólidas de eleitorado, ao optar estrategicamente por manter a informalidade dos seus núcleos, estando agora a discutir como se poderá conseguir organizar de uma forma integrada, para ganhar também eleições locais. A Liga, por sua vez, desenvolveu uma espécie de proselitismo a Sul, vencendo as eleições regionais e tornando-se, de facto, um partido nacional, mas encontrando-se ainda ancorado a norte e com inevitáveis tensões entre a busca de crescimento e o enraizamento territorial. Quanto ao PD, apesar de ter perdido adesão, especialmente nas regiões do centro, historicamente à esquerda, continua a ser o partido mais impregnado no terreno, tendo, contudo, uma presença com fragilidades que importará repensar.

A comunicação parece ter-se tornado o fator decisivo de sucesso político, num contexto em que não parece contar tanto o que cada partido faz, mas antes a sua capacidade para oferecer uma determinada perceção social sobre si próprio. Uma perceção que deve procurar ir ao encontro das necessidades da sociedade, declaradas ou supostas, para além da mobilização dos seus simpatizantes ou eleitores mais fiéis. Isto torna as eleições cada vez mais dinâmicas e abertas, em que a *política de alternância é prejudicada pela da renovação*, gerando uma situação de porosidade e influência mútua entre os diferentes níveis administrativos (da União Europeia até aos municípios). Esta situação não existia na Itália do passado, em que os órgãos locais, regionais e de nível superior eram muitas vezes independentes. E isso explica os atuais resultados eleitorais e as sondagens, tal como explica o facto de os líderes que se apresentam como sendo os mais “autênticos” representantes das aspirações do “cidadão médio” corresponderem aos que melhor constroem a sua “imagem à medida”, através dos *spin-doctors* e consultores.

De que modo podem a vitalidade e a fluidez de um sistema político ser usadas para gerar uma nova oferta política de alta intensidade? A resposta não é simples, especialmente num país onde todas as forças do arco constitucional, desde os expoentes neofascistas até às franjas da esquerda radical (ao contrário do que passa noutros países), já governaram, pelo menos, uma vez, pondo-se, assim, à prova no plano político nacional. As forças políticas deste início do século não podem, portanto, centrar os seus programas e as suas propostas exclusivamente no conteúdo, porque o método parece ser igualmente fundamental. Mas, infelizmente, não há nenhuma garantia de que um método mais democrático permita obter melhores resultados eleitorais no imediato. Do que não há dúvida, porém, é de que essa é uma alternativa sólida à demagogia, à política do medo e ao reducionismo dos *slogans* sobre temas complexos, que a longo prazo acabam por ser desmascarados. É uma opção certamente mais difícil, mas também mais promissora: uma abordagem mais democrática e participativa e que deve resultar necessariamente num maior enraizamento nos territórios, será capaz de afrontar e dissipar os medos da sociedade. Este é um caminho que deverá – a nosso ver – criar uma proximidade política forte, que desencoraje a fluida e efémera distância que marca a comunicação política, fria e calculista, com os cidadãos. ■